

UMA OUTRA CIDADE? A RESISTÊNCIA POSSÍVEL E O EFEITO DE RESISTÊNCIA: UMA PROPOSTA

¿OTRA CIUDAD?

LA RESISTENCIA POSIBLE Y EL EFECTO DE RESISTENCIA: UNA PROPUESTA

ANOTHER CITY? THE POSSIBLE RESISTANCE AND THE RESISTANCE EFFECT: A PROPOSAL

Rogério Modesto*

Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Neste artigo, analiso a formulação “A cidade que queremos” posta em circulação a partir da produção discursiva de um movimento social urbano da cidade de Salvador, Bahia. O objetivo da análise é compreender o funcionamento do que chamo aqui de *resistência possível* e de *efeito de resistência*. Para tanto, parto da reflexão teórica de Michel Pêcheux em torno da noção de resistência, chamando atenção para a necessidade de compreensão deste conceito considerando múltiplas determinações que envolvem um sujeito descentrado o qual se constitui junto com o sentido, o equívoco como real da língua e a contradição como real da história.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Cidade. Movimento social. Resistência.

RESUMEN: En este artículo, analizo la frase “La ciudad que queremos”, propagada a partir de la producción discursiva de un movimiento social urbano de la ciudad de Salvador, Bahía. El objetivo del análisis es entender el funcionamiento de lo que llamo aquí “resistencia posible y efecto de resistencia”. Para ello, parto de la reflexión teórica de Michel Pêcheux sobre la noción de resistencia, resaltando la necesidad de entender este concepto y teniendo en cuenta las múltiples determinaciones que envuelven: un sujeto descentrado que se constituye junto al sentido; el equívoco como la realidad de la lengua y la contradicción como la realidad de la historia.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Ciudad. Movimiento social. Resistencia.

* Doutorando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e *Chercheur Invité* (Programa PDSE-Capes processo: BEX 9658/14-9, período 2015-2016) da *École Normale Supérieure de Lyon*/França. E-mail: roger.luid@gmail.com.

ABSTRACT: In this paper we analyze the expression “The city we want” released upon the discursive production of an urban social movement in the city of Salvador, Bahia State, Brazil. The aim of this analysis is the comprehension of the operations we call “possible resistance” and “resistance effect”. In order to do so, we part from Michel Pêcheux’s theoretical reflection regarding the notion of resistance, calling attention for the comprehension of this concept, considering multiple determinations that involve an uncentered subject constituted along with sense, the misconception as the language’s reality and the contradiction as the history’s reality.

KEYWORDS: Discourse. City. Social movement. Resistance.

Pois esboçar um conceito é esboçar em linguagem, e organizar as coisas é organizá-las em linguagem.

Jean Hyppolite

1 UMA COMPREENSÃO

Ao iniciar seu texto “Sobre o trabalho teórico”, Louis Althusser toma como ponto de partida a *dificuldade*. Remetendo-se pontualmente ao empreendimento teórico marxista, o pensador francês nos diz que sua compreensão “[...] apresenta dificuldades específicas porque dizem respeito à natureza própria da teoria, mais precisamente, do *discurso teórico*” (ALTHUSSER, 1967, p. 49). O objetivo do autor é alertar para a necessidade de um rigor teórico-filosófico na leitura da obra de Marx, a fim de evitar qualquer risco de retomar pressupostos que contraria(ria)m o projeto marxista.

É assim, então, que Althusser tematiza a dificuldade em se compreender o marxismo, organizando-a em quatro eixos: i) a *Dificuldade da terminologia do discurso teórico*; ii) a *Dificuldade do discurso teórico*; iii) a *Dificuldade do método teórico*; e iv) a *Última dificuldade: a novidade revolucionária da teoria*.

A primeira, a “Dificuldade da terminologia do discurso teórico”, centra-se na necessidade de compreender a *linguagem comum* em um funcionamento outro no momento em que ela é mobilizada em um sistema teórico. Essa dificuldade diz respeito ao uso da linguagem no trabalho científico e filosófico nos quais estão em jogo “[...] palavras da linguagem cotidiana, ou expressões compostas, construídas com palavras da linguagem cotidiana, mas que funcionam sempre de *maneira diferente* do que da linguagem cotidiana” (ALTHUSSER, 1967, p. 50, grifo do autor).

Já a segunda dificuldade, a “Dificuldade do discurso teórico”, diz respeito ao fato de que o conhecimento de objetos reais, concretos e singulares “[...] não é um dado imediato, nem uma simples abstração, nem a *aplicação* de conceitos gerais a dados particulares” (ALTHUSSER, 1967, p. 54, grifo do autor). Este conhecimento é, em verdade, “[...] o resultado de todo um *processo* de produção de conhecimento, cujo resultado é [...] ‘a síntese de uma multiplicidade de determinações’” (ALTHUSSER, 1967, p. 54, grifo do autor).

Essas duas dificuldades problematizam o modo pelo qual a linguagem é *manipulada* no labor teórico. Uma questão que envolve não só o como fazer, mas o *como dizer*. Se, por um lado, é necessário perceber que há uma elaboração teórica que sustenta um conceito e que o *nome*, a *palavra*, que batiza um determinado conceito não pode ser lido em seu uso habitual, por outro lado, os próprios conhecimentos subsumidos por cada conceito não devem ser compreendidos apartados dos processos de sua produção dos quais a linguagem é imprescindível.

Embora as dificuldades acima apresentadas influenciem fortemente a compreensão do trabalho teórico, é a “Última dificuldade” a que Althusser considera “a mais importante”¹ (ALTHUSSER, 1967, p. 77). Isso porque ela incide propriamente sobre a dificuldade em se ler Marx fora da evidência idealista do humanismo e do evolucionismo. Althusser aponta para o fato de que, para compreender o caráter revolucionário da teoria marxista, é preciso inscrever-se em outro lugar – de interpretação – e ocupar uma

¹ A terceira dificuldade, com a qual não trabalharei aqui, refere-se, basicamente, ao modo como os objetos teóricos são tratados no trabalho teórico, isto é, a maneira pela qual os objetos e discursos são classificados, descritos, analisados etc. Trata-se de uma dificuldade de compreensão metodológica (ALTHUSSER, 1967, p. 71).

posição verdadeiramente materialista. Nesses termos, compreender Marx significaria entender o tratado marxista diferentemente do entendimento oriundo das evidências estabelecidas pelas “teorias ideológicas reinantes” (ALTHUSSER, 1967, p. 78), as quais subtraem o caráter revolucionário da teoria pela consideração de que Marx não apresenta nada de novo.

Assim, sugere Althusser, por uma posição materialista seria possível perceber que Marx não era hegeliano ou humanista, já que seu postulado rompe justamente com essas correntes, filiando-se a um posicionamento que descentra a razão e a consciência. Afinal, é justamente o funcionamento do pensamento materialista em Marx que vai projetar e ratificar, na problematização da teoria política e econômica da luta de classes, a ideia filosófica de que a *matéria* é primária (ALTHUSSER, 2005, 2008; ORLANDI, 2007). O que significa que o real já está materialmente lá, existindo, não se tratando, assim, de uma construção da consciência humana, posição esta que sustenta o idealismo.

Ao recordar essa reflexão althusseriana, proponho-me a refletir *sobre o trabalho teórico* de Michel Pêcheux em torno da noção de *resistência*, cunhada na *Análise do Discurso*, considerando as questões acima levantadas. Seguindo a linha de Althusser, acredito ser preciso estar atento para as seguintes questões ao trabalharmos a partir de uma vertente discursiva materialista: i) não é possível compreendermos “resistência” tal como ela é dita na linguagem corrente²; ii) não é possível compreendermos “resistência” sem considerarmos múltiplas determinações as quais concernem à produção dos conhecimentos a que este conceito diz respeito; e, por fim, iii) não é possível lermos “resistência” de uma posição voluntarista/idealista, fechando os olhos para o movimento teórico de Pêcheux em torno do materialismo que se deu no desenvolvimento da *Análise do Discurso*.

Ao contrário de alguns outros campos teóricos que mobilizam a resistência tal como em seu sentido corrente, dicionarizado³, discursivamente é preciso operar um deslocamento ao falarmos de tal noção. Um deslocamento que permita considerar: i) a luta de classes como assimétrica; e ii) a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente. Um deslocamento a partir do qual a resistência não está centrada na vontade do sujeito ou mesmo na *oposição* (ideológica) de um grupo contra o outro (PÊCHEUX, 2009). No lugar de pôr o sujeito no centro, privilegiando o antagonismo, o enfrentamento, o atrito etc., o importante é considerar o movimento dos sujeitos e dos sentidos (o movimento dos sujeitos *com* os sentidos) na história.

Isso significa ressaltar a noção de historicidade para propor o sujeito (se constituindo simultaneamente ao sentido, porque sujeito de linguagem) como sujeito *na* história e não sujeito *da* história (aquele que *faz por ele mesmo* a história, como poderia supor uma perspectiva idealista). Trata-se assim de, no estudo da linguagem, do sentido, levar às consequências o entendimento de que todo processo histórico é, como propõe Althusser, “um processo sem sujeito nem fim(s)” (ALTHUSSER, 1998, p. 28). O que nos leva a criticar, como propõe Orlandi (2012, p. 213), a extrema autonomia do sujeito: “[...] nosso cuidado ao criticar essas posições, é indicar o movimento e a transformação, sem aceitar o voluntarismo e o automatismo mistificador”.

Michel Pêcheux, no seu texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*, toma as formas dos discursos e movimentos revolucionários para empreender sua reflexão sobre a resistência. Para Pêcheux, as relações entre “o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência” (PÊCHEUX, 1990, p. 08) que estão entre a revolução e a linguagem dizem do próprio funcionamento da materialidade da língua na medida em que ela é o lugar do deslocamento, da possibilidade, do sentido outro.

² O dicionário Houaiss (2001, p. 642) define resistência como: “1. qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo; 2. o que se opõe ao movimento de um corpo; 3. capacidade de suportar fadiga, a fome, o esforço; 4. defesa contra um ataque; 5 fig. recusa de submissão à vontade do outro, oposição, reação; 6 fig. reação a uma força opositora; 7 fig. qualidade de quem demonstra firmeza; 8 fig. vigor moral; determinação [...]”.

³ Diferentes campos disciplinares tomam a resistência em seu sentido dicionarizado de “oposição”, “enfretamento”, “força contrária”, “atrito” etc. Na Física, sobremaneira àquela relacionada ao estudo da mecânica, o sentido de resistência está na oposição de forças contrárias, no atrito (FELBECK, 1971). Na Filosofia, embora este seja um campo um tanto mais tentacular, Mora (2001) aponta que a resistência foi a melhor prova, senão a única, em variadas perspectivas filosóficas, da existência de um mundo exterior ao ser. Uma tese segundo a qual a ideia de resistência relaciona-se a pressupostos vindos do campo da Física e da Psicologia para desembocar numa noção que dê conta da “sensação de esforço” ou “sentimento de esforço” que motivaria o homem a construir sua individualidade em oposição às outras ao seu redor. Em algumas vertentes da Psicanálise, por seu turno, a resistência seria a expressão da consciência em se pôr contra a indicação de um tratamento. Ela seria um sintoma da negação ou do recalque, estabelecendo, dessa forma, um tipo de antagonismo (KAUFMANN, 1996).

Nas palavras de Pêcheux:

Se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contra-revolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história (PÊCHEUX, 1990, p. 09).

A constituição de um processo contraditório do qual a língua e a história estão implicados, dirá Pêcheux. E ao dizer isso, o autor sinaliza o papel das fronteiras entre um mundo e outro e o problema ocasionado por uma mudança na forma como elas se apresentam: fronteiras não mais visíveis e estáveis como no sistema feudal, mas, pelo contrário, invisíveis, instáveis e sutis, agora, no sistema capitalista. Essa questão leva o autor à problematização da relação da ideologia dominante com as dominadas: como elas relacionam-se em uma formação social que continua funcionando por hierarquias, poderes, classes desiguais, mas que dissimula esse funcionamento pela construção da ideia de igualdade e de que todos os sujeitos têm (os mesmos) *direitos*? O espaço da resistência torna-se, então, o entremeio dessa dissimulação que, ao mesmo tempo, separa e une dominante e dominados.

Esse é um ponto importante que leva Pêcheux a formular que “[...] as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (PÊCHEUX, 1990, p. 16, grifos do autor). Com essa consideração, Pêcheux busca descartar, no trabalho com os discursos revolucionários, o que ele chama de “dois efeitos religiosos complementares” (PÊCHEUX, 1990, p. 16) que consistiriam em: i) atribuir a um discurso teórico a fonte do processo revolucionário; e ii) pressupor a essência de um germe revolucionário no interior do mundo existente.

O autor pontua o processo de interpelação ideológica como um *ritual* que, como tal, “[...] supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Célebre formulação que leva Pêcheux a postular que a resistência não se dá num outro lugar, num realizado alhures, mas sob a própria dominação ideológica, pontuando que a resistência está na contradição própria dessas falhas no ritual do/no processo de interpelação ideológica e que imbrica dominante e dominados.

Nesse processo de produção de conhecimento que envolve o relacionamento de determinações diversas, a noção de resistência configura-se a partir de um conjunto de formulações importantes: i) ela não é o produto de uma intenção do sujeito ou do enfrentamento de um grupo contra o outro; ii) isso porque, assim como o sujeito não é unidade, mas dispersão, os grupos e ideologias se formam em processos contraditórios de remissão e afastamento; iii) esse processo faz considerar a possibilidade da resistência dada na contradição, real da história, que proporciona as falhas no trabalho ideológico de construção das evidências; iv) além disso, há de se considerar o trabalho da linguagem em todo esse processo: é quando, na falha do ritual, o sem-sentido passa a fazer sentido que se pode vislumbrar um espaço para a resistência; v) em síntese, a resistência é um trabalho com o real: o equívoco como real da língua e a possibilidade do sentido ser sempre outro, e a contradição como real da história e a possibilidade da abertura e do acontecimento nas falhas do ritual.

A resistência como uma conjunção entre reais que pode se materializar em:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras (PÊCHEUX, 1990, p.17)

Sendo Michel Pêcheux “[...] um althusseriano engajado na aventura da linguagem” (MALDIDIER, 2003, p. 33), o que significa dizer, dentre outros aspectos, que ele compreendia a contradição como estruturante⁴ e isso estava na base do seu projeto teórico, não

⁴ Um primado básico do marxismo sinaliza que em toda formação social existirá um modo de produção dominante e outros modos de produção dominados. Na contramão de outras leituras que são feitas do trabalho de Marx, Althusser dirá que a forma como esses modos de produção se relacionam na constituição da formação social não é jamais de uma forma em que os dominados tentam conscientemente sobrepor o modo de produção dominante. Ao contrário, esses modos de produção (dominante e dominados) relacionam-se pela contradição – um-no-outro – e isso configura uma formação social em que seus modos de produção “[...] se enfrentam, e se traduzem através de sua história” (ALTHUSSER, 2008, p. 43). Ao postular que “[...] as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra elas” (PÊCHEUX, 1990, p. 16), Pêcheux traz para o campo da linguagem essa problematização propriamente althusseriana da relação pela contradição dos

podemos deixar de prestar atenção para as minúcias que fazem da resistência um conceito complexo que mobiliza uma série de outros conceitos e que tem na contradição um ponto forte de desenvolvimento. É possível dizer, desse modo, que as dificuldades de compreender o discurso teórico que Althusser aponta trabalhando o tratado marxista estão também aqui na compreensão do discurso teórico de Pêcheux.

Ao tratar da resistência, Pêcheux utiliza uma palavra comum, mas que funciona “[...] de *maneira diferente* do que da linguagem cotidiana” (ALTHUSSER, 1967, p. 50, grifos do autor) – *dificuldade da terminologia do discurso teórico*. A resistência em seu projeto teórico só pode ser compreendida levando em consideração as variadas determinações que produzem como efeito a necessidade de compreender as “[...] relações existentes entre os conceitos teóricos no interior de seu sistema” (ALTHUSSER, 1967, p. 50) – *dificuldade do discurso teórico*. E, o mais importante, Pêcheux problematiza a ideia idealista de resistência como enfrentamento em que um sujeito consciente de si e de seus objetivos faria por ele mesmo a resistência com o intuito de sobrepor o seu antagonista, para propor uma resistência na contradição, implicada no equívoco, nos furos da ideologia e em sujeitos que se constituem em relação aos sentidos, resistência que irrompe de certo modo “[...] sem sujeitos nem fins” (ALTHUSSER, 1998, p. 28) – *última dificuldade: a novidade revolucionária da teoria*.

Estando atento a essas dificuldades que tocam a compreensão discursiva da resistência, busquei compreender a possibilidade de seu funcionamento na discursividade de um movimento social urbano. Nesse contexto, a formulação “A cidade que queremos” apareceu para mim como ponto forte da compreensão que eu buscava e, junto a outras formulações regulares, levou-me a propor o que tenho chamado de *efeito de resistência e resistência possível* (MODESTO, 2014). É esse percurso analítico que teve como efeito a produção dessas propostas que procuro trazer a seguir.

2 UM PERCURSO

A partir dessa compreensão teórica em torno da noção de resistência, voltei minha escuta para a produção discursiva de movimentos sociais urbanos de Salvador, capital do Estado da Bahia (MODESTO, 2014). Minha questão girava em torno de compreender como esses movimentos significavam os sujeitos da cidade e a própria cidade ao se significarem como movimentos de resistência.

Durante a pesquisa, pude perceber que esses movimentos construíam seu lugar de fala a partir do antagonismo e do enfrentamento, espaço do qual buscavam uma mudança de situação. Um lugar não tão produtivo para o deslocamento, já que ele trabalha na ilusão da simetria e homogeneidade que ignora as relações de força, apagando as contradições sociais e ideológicas. As considerações de Pêcheux (1990) em torno da impossibilidade da resistência como oposição ganhavam força em meu percurso.

A formulação “A cidade que queremos”, posta em circulação pelo Movimento Desocupa⁵, chamou minha atenção tanto pela sua aparente transparência quanto pela sua opacidade.

Por um lado, tal formulação faz ressoar a memória de insatisfação em torno dos “problemas urbanos” que está na base do discurso reivindicatório. Em seu funcionamento transparente, ela é produzida no âmbito de um movimento social de reivindicação urbana, condição que nos faz interpretá-la como a exigência de uma outra cidade. Uma cidade que não é esta em que vivemos. Uma *outra* cidade que, contemplando o discurso do senso comum respaldado pelo imaginário urbano, se desenvolva de forma “ordenada”, ou ainda, sem os problemas evidentes que se manifestam no “caos urbano” de que tanto se ouve falar nas mais variadas instâncias discursivas.

modos de produção em uma formação social. Ele leva às consequências um ponto importante da produção de Althusser (que, dentre outros aspectos, o diferencia de outros marxistas). Por esse e por tantos outros aspectos, Denise Maldidier está certa em sua consideração em torno da relação Pêcheux-Althusser.

⁵ O Movimento Desocupa é um movimento social urbano de Salvador que se articulou inicialmente em torno da luta por duas desocupações: uma que diz respeito ao uso de praças públicas da cidade de Salvador por organizações privadas e outra que diz respeito ao desejo de ver o hoje ex-prefeito, João Henrique de Barradas Carneiro, fora da prefeitura da cidade. Dessas intenções iniciais que se transformaram no grito “desocupa!” nas manifestações desse movimento surgiu o nome que batiza tal organização social.

Por outro lado, há uma forte opacidade que, trabalhada por um gesto analítico, nos permite sair da interpretação evidente. Que “nós” é este que se põe na posição de querer? Que cidade é essa que é desejada? O que se quer dessa/nessa cidade? Retornar às condições de produção deste enunciado se fazia necessário.

No ano de 2012, o Movimento Desocupa propôs, em parceria com o Teatro Vila Velha⁶, a promoção do fórum de discussão intitulado “A cidade que queremos”. Em sua primeira edição, estabeleceu-se como função do fórum constituir “[...] uma série de mesas-redondas que trarão ao palco do teatro, representantes de diversas organizações para debater” e tal debate teria o objetivo de “[...] debater o futuro de Salvador”⁷.

Orlandi (2012, p. 213) nos diz sobre a ilusão da onipotência do sujeito no domínio social. Ilusão que pode ser traduzida pela expressão “juntos podemos tudo”. A partir daí, pude, em minha análise, identificar um “nós coletivo”, que se quer consensual, que se pauta na organização da sociedade e que busca abarcar toda a “sociedade baiana”, a qual deseja(ria) uma cidade que *ainda-não-é*, mas que *pode-vir-a-ser* pelo debate e empenho coletivo.

Nessa configuração discursiva em que as condições de produção mostram um movimento social urbano constituindo-se, ao mesmo tempo i) pela evidência dos problemas urbanos e necessidade de confrontá-los – o que demanda uma postura de oposição; e ii) pela evidência da organização e do debate como ferramentas de luta – o que demanda uma postura que valoriza a síntese, o consenso, foi possível compreender um funcionamento contraditório dado entre o *conflito* e a *conciliação*. Um funcionamento regular que me permitia dar mais consequência à contradição como ponto forte da possibilidade de irrupção da resistência.

A discursividade da reivindicação urbana/social textualiza o *conflito*, tomando-o muitas vezes como ponto de sustentação para sua fala. Os *problemas da cidade* passam a ser problematizados e isso põe em evidência os conflitos urbanos. Mas, de uma perspectiva discursiva, é bom lembrar que “[...] os conflitos urbanos são antes de tudo conflitos de sentido” (ORLANDI, 1999, p. 09). Este entendimento, por seu turno, leva a desautomatizar os sentidos de cidade (pegos pelo imaginário urbano), porque, se os conflitos são conflitos *de sentido*, tem-se aí o equívoco e a contradição funcionando na constituição e formulação desse modo de enunciar o espaço.

Na discursividade da reivindicação, tudo passa pelo conflito. Há um descompasso entre *o que é* e *o que é desejável*⁸. Daí o conflito. Um conflito, vale dizer, sustentado na saturação do imaginário urbanístico, porque é por este imaginário que os sujeitos criam o desejável para a cidade. Assim, na discursividade da reivindicação social urbana, o real esbarra com o imaginário escapando dele e, como efeito, produzindo a sensação de que *as coisas vão mal*, fato que instaura o conflito. A organização urbana não contém a ordem da cidade: ela é *incontível* (BARBOSA FILHO, 2012). E tal incontinência se mostra na *evidência* dos *problemas* urbanos e sociais ocasionando o conflito.

Tomei, então, o conflito como um dos pontos de sustentação da discursividade da reivindicação. Ponto estruturador da fala do Movimento Desocupa. Laço (ou nó) que liga as diferentes produções discursivas do movimento aqui em pauta. Se tal organização social produz um discurso de reivindicação, é porque há um problema a ser resolvido e sua *voz se faz* necessária nesse gesto de administração do conflito. São os conflitos que organizam a produção discursiva do movimento. Conflitos sobre o público e o privado, sobre a mobilidade urbana, sobre a administração política, sobre os encaminhamentos jurídicos do espaço cidadão... sobre um ideal de cidade.

⁶ Importante teatro da cidade de Salvador, o Teatro Vila Velha é conhecido por seu envolvimento no cenário político e social da cidade, tornando-se um espaço de acolhimento de grupos e movimentos sociais. Em seu site (www.teatrovilavelha.com.br) lê-se que: “Fazer teatro vila velha é fazer um teatro conectado com as questões da cidade, do mundo. É defender os direitos da população, propor mudanças, reagir ao que está errado”.

⁷ Excertos retirados do texto “Teatro Vila Velha lança projeto a cidade que queremos”, disponível no blog do Movimento Desocupa. Conferir informações nas referências.

⁸ Neste ponto, podemos retomar Pêcheux (1990), que relaciona o realizado alhures com os movimentos revolucionários e sua busca pelo o que pode vir a ser.

Contudo, o consenso, a *conciliação*, também produz efeitos na discursividade da reivindicação contemporânea. Isso porque, a proposição de soluções, o debate, a síntese, a inunção à organização também faz parte da sustentação dos movimentos sociais, tendo em vista que eles representam a (ou se querem representantes da) *sociedade civil organizada*. O consenso, desse modo, funciona como evidência (isto é, efeito ideológico) para que qualquer proposta sobre a cidade seja formulada.

Por um lado, os movimentos produzem o conflito questionando e rasurando a organização administrativa da cidade. De outro lado, os movimentos se querem como ponto de síntese dos conflitos: são mediadores, porque tomam a participação popular e a proposição organizada de *soluções* como saída.

Suzy Lagazzi, em *O confronto político urbano administrado na instância jurídica*, pontua a produção do consenso como *necessidade* para que as políticas públicas busquem conter os litígios que atravessam o espaço urbano. Tais políticas têm por objetivo serenar os variados pontos de divergência que ocorrem na vida em sociedade. “A coerção fica formulada entre o administrativo e o jurídico”, diz Lagazzi (2010, p. 75), apontando para o fato de que a formulação do consenso tem, como ponto de sustentação, as instâncias administrativa e jurídica.

A autora formula o lugar do conflito tomando a conciliação como espaço controverso. A partir de suas análises, Lagazzi propõe que, neste espaço controverso que é a conciliação, “[...] o litígio é um efeito da incontinência do político que se manifesta no social sob a tutela administrativa do jurídico” (LAGAZZI, 2010, p. 75). Dito de outro modo, a autora nos diz que o conflito é produzido pelo modo como o político, custodiado pela administração jurídica, não consegue dar conta do social. Daí porque a conciliação (como prática administrativa do jurídico)⁹ torna-se um espaço controverso: ela acaba sendo uma prática circular, porque tenta dar conta dos conflitos causados pelas próprias políticas de que faz parte.

Na reflexão que propus, essa discussão me fez relacionar o funcionamento das políticas públicas e o funcionamento dos movimentos sociais contemporâneos¹⁰, considerando ambos como interventores na vida da cidade. Por um lado, as políticas públicas urbanas buscam, pela produção do consenso, conter os litígios que se dão nos modos de sociabilidade da/cidade. Tais políticas legitimam-se em sua própria constituição porque fazem parte das práticas do Estado e de seus modos de interpelação dos sujeitos por sua maneira jurídica de ser e de administrar.

Em contraponto, os movimentos sociais urbanos contemporâneos buscam o consenso pela conciliação, sem dispensar o conflito como prática. Isso porque, os movimentos precisam se legitimar como necessários para a vida urbana. Eles, assim, dão visibilidade ao conflito (um problema urbano se constitui como demanda em seu discurso) para depois, legitimando-se como “voz do povo”, propor uma solução, uma conciliação. Uma solução que, no caso aqui analisado, traça as mesmas trilhas das conciliações jurídico-políticas e técnicas dadas no âmbito do funcionamento do Estado: a preservação do direito, do debate, da organização técnica-administrativa etc.

Na formulação “A cidade que queremos”, esse batimento entre *conflito* e *conciliação* se mostrou bastante produtivo. Ao projetar em seu discurso uma futuridade, o movimento silencia o presente. *Interdita-se* a cidade presente, porque ela não tem qualidade. Instala-se aí o conflito: “não queremos essa cidade!”. Ao mesmo tempo, *a-cidade-que-se-quer* vem pelo debate, pela negociação, pelo gerenciamento dos problemas. Um gerenciamento, vale ressaltar mais uma vez, que só é possível pela intervenção técnica e jurídica.

Tal intervenção materializa-se nas vozes que são legitimadas para o debate. Quando observamos os primeiros convidados a tomar posição no fórum supracitado, percebemos o modo como a discursividade administrativa, técnica e jurídica apresenta-se como lugar evidente de referência e relevância: prefeitura, conselhos de advocacia e representantes de órgãos técnicos (CREA, Sociedade

⁹ Por exemplo, se tomarmos, como é o caso de Lagazzi (2010), as práticas de conciliação que se efetivam pelo intermédio jurídico dos tribunais de “Pequenas Causas”.

¹⁰ Generalização que faço tomando o funcionamento do discurso analisado do Movimento Desocupa como referência.

Brasileira de Urbanismo, Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente etc.). Essa é a voz legitimada capaz de debater os problemas da cidade e propor uma *outra* cidade, a cidade que queremos¹¹.

No contexto de promoção de uma edição do Fórum que tinha como pauta o carnaval e a problemática da Praça de Ondina licitada para uso do Camarote Salvador, uma fala de um sujeito identificado com o movimento demandou minha atenção e reforçou em minha análise a relação *conflito-conciliação*:

Não podemos privilegiar o valor de troca em detrimento do valor de uso. A ocupação desse camarote numa praça pública é privilegiar o valor de troca. **Temos que bater firme nisso e não aceitar.** Camarote só em área privada. Espaço público é pra pipoca, pra namorar, pra quem quer ficar em pé¹².

Compreendi esta fala como ponto de contradição entre o conflito e o consenso. Ponto de rasura entre: a) o imaginário da organização social e urbana em que as políticas públicas (e, na contraparte, os movimentos sociais como “espaço de debate”) são representativas da tentativa de contenção dos litígios; e b) o imaginário da reivindicação marcado pelo enfrentamento. De um lado, a oposição e o conflito se marcam na textualização *temos que bater firme nisso e não aceitar*. De outro, a injunção ao consenso se marca na própria proposição do debate, em que se busca variados *representantes de diversas organizações para debater*. A pergunta que se colocava foi, então: como debater tendo em vista uma posição de *não aceitar*?

Essa é uma questão que interessa, pois permite dizer que debater não significa necessariamente abandonar as posições político-militantes de um movimento social, embora represente, no contexto da reivindicação, em maior ou menor grau, a busca por conciliação. Esse entendimento permite propor duas paráfrases para *A cidade que queremos* as quais seriam formuladas de posições-sujeito diferentes:

P1 A cidade que exigimos;

P2 A cidade de que gostaríamos.

A primeira coincidiria como uma posição-sujeito de militância opositiva, subsumida na formulação: *temos que bater firme nisso e não aceitar*. A segunda, por sua vez, representaria uma posição negociadora menos opositiva, tomada pelo imaginário jurídico da conciliação, do debate e do próprio consenso, que negocia e se organiza. Em ambas, está em jogo *a cidade*, um objeto específico, determinado, homogêneo. Uma cidade a que se pode chegar, seja pela exigência, seja pela solicitação, porque tanto uma quanto outra sustentam-se no pré-construído do discurso técnico e jurídico o qual, por sua vez, reforça o imaginário de que é sempre possível ordenar a cidade.

A cidade, como objeto paradoxal no discurso do Desocupa, representa um signo tomado pelo desejo do vir a ser, do deslocamento e da mudança. Contudo, o discurso dominante, representado pelo modo como a sociedade capitalista é tomada por modelos de organização social, se faz presente nessa discursividade, impondo-se pela predominância do saber técnico, administrativo e jurídico. E isso, no jogo que se dá entre conflito e conciliação, circunscreve a resistência do movimento ao desejo de restabelecer a *ordem da*

¹¹ Não se trata de censurar o debate dos movimentos sociais com os órgãos que representam a administração político-jurídica da sociedade. Trata-se de visibilizar que, no que tange ao debate sobre a cidade, há um saber dominante que é ratificado e legitimado mesmo num espaço que se quer amplo o bastante para abarcar a diferença que representa a “sociedade soteropolitana”. É interessante notar que nenhum outro órgão representativo de outros setores da sociedade (líderes comunitários, associações de bairros, moradores de rua, associação de trabalhadores autônomos etc.) e que também tem o que dizer sobre a cidade e seu funcionamento foi mencionado no texto.

¹² Excerto retirado do texto “Quarta edição do projeto a cidade que queremos debate o modelo excludente do carnaval de Salvador”, disponível no blog do Movimento Desocupa. Conferir informações nas referências. Embora não seja este o foco da análise neste momento, não posso deixar de chamar atenção para o modo como esta fala acaba por silenciar a diferença de classes e sociabilidade nas relações específicas que se estabelecem durante o Carnaval. Note-se que a opção de “ficar em pé” no espaço público se sustenta na individualização do indivíduo, isto é, ele fica em pé porque quer, se quiser. Assim, estar num camarote ou ficar em pé na rua são afirmações construídas como opções relativas às escolhas do sujeito, como se nenhuma outra determinação (econômica, de classe, racial...) se impusesse nesse jogo.

cidade: não se trata de deslocar ou inverter o sistema que administra a vida urbana, trata-se de preservar esse sistema, ainda que se construa uma posição de confronto em relação a ele.

3 UMA PROPOSTA

Diante desse gesto analítico, vi a materialização de uma “resistência possível” (MODESTO, 2014, p 163) para os movimentos sociais urbanos contemporâneos. Embora o antagonismo se apresente como evidência e constitua muitas vezes o lugar de fala desse tipo de organização social, a ideologia jurídica, que é a ideologia do Estado, deixa suas marcas ao atravessar esse discurso. Além disso, há a sobredeterminação das questões urbanas no social produzindo sentido aí. Embora o movimento exija uma outra cidade, essa exigência está circunscrita nos limites do que é aceitável jurídica e tecnicamente. Tal limitação formata a discursividade do movimento de modo que seu dizer fique no ir e vir da relação conflito-conciliação.

Assim se configura uma resistência possível, pois, nesse contexto, parece só ser possível resistir ao já-posto pelo próprio já-posto. Reivindica-se então uma cidade que não é outra, mas a mesma: a que já está planejada e pensada na discursividade jurídico-administrativa, técnico-urbana. Uma resistência possível que se apresenta como circular, justamente porque a cidade-lei-plano-ordenada esbarra(rá) sempre no real da cidade cuja organização material não cabe nos protocolos da lei ou nos desenhos dos urbanistas.

Ao falar em “efeito de resistência” (MODESTO, 2014, p 158), proponho pensar em como a resistência só é possível funcionando em um espaço contraditório, embora seja encarada e constituída como resultado das oposições. Há a intenção de resistir, mas tal intenção, em si mesma, não garante a efetivação da resistência, já que ela se efetiva nas relações de identificação do sujeito. Relações estas atravessadas por diferentes e variadas determinações, que não deixam coincidir as causas (tal como elas se apresentam para o sujeito) e os sentidos (tal como constituem o sujeito e o significam no cruzamento das discursividades).

Mas, ao falar em contradição, quero pontuar que não significa dizer que o discurso dos movimentos sociais não se sustenta porque seria “contraditório”. É também preciso ler “contradição” de um modo diferente da linguagem cotidiana.

Assim, aqui, ao falar em contradição, busco dar visibilidade ao cruzamento de discursividades que constitui o discurso dos movimentos sociais. E é nesse espaço que a possibilidade da resistência, do deslocamento, pode vir a ser. Em outras palavras, ao invés de buscar o consenso, é preciso abrir espaço para a contradição. Deixar que ela produza seus efeitos até que *non-sens* faça sentido. E isso só é possível quando uma demanda (para utilizar um termo muito posto pelos movimentos sociais) se torna uma questão. Porque:

Basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço dum pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas, e faz o vazio para a nova pergunta. A nova questão põe em questão as antigas respostas, e as velhas questões adormecidas debaixo delas. Ganha-se aí uma nova visão da coisa. (ALTHUSSER, 1979, p. 34)

Mais do que concentrar esforços na oposição, é preciso prestar atenção à linguagem em movimento. Pois é na linguagem que o equívoco é possível. É no equívoco que o ritual cede. E é no ritual falho que novas relações, versões, inversões e deslocamentos são possíveis. Essa é uma proposição que não nega o espaço e a importância dos movimentos sociais, mas que privilegia antes o seu trabalho de *falar sobre* uma questão específica do que sua intenção marcada de construir uma mobilização antagonista que se perde nos emaranhados do discurso da conciliação.

O trabalho de falar sobre mobiliza uma série de condições de produção e abre o espaço para a diferença, pois este é um processo que mobiliza uma *relação a*. Se, por um lado, é impossível considerar a resistência nas mãos do sujeito; por outro lado, é preciso um sujeito que *fale sobre* para que a irrupção da resistência, tal como uma nova palavra que desembaraça o espaço dum pergunta, possa acontecer. Se, no âmbito da formação social capitalista, “[...] a arte de anestesiá-las as resistências, de absorver as revoltas no consenso e fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos” (PÊCHEUX, 2011, p. 92), fazendo com que uma prática de

resistência só se configure como *possível* pelo uso das ferramentas da ideologia dominante, não se pode esquecer que a linguagem, posta em movimento por sujeitos que ainda teimam em colocar questões, é uma possibilidade de que o sem-sentido faça sentido.

Longe de um retorno idealista que coloca a resistência na vontade de sujeitos livres e conscientes que se opõem e querem lutar, é bom ressaltar que o sujeito, como suporte da linguagem, participa dos processos discursivos através dos quais a resistência pode vir a ser. O sujeito está nesse processo. E é indispensável.

“É preciso ousar se revoltar”, nos diz Pêcheux (2009, p. 281). Então, que no exercício da resistência que é possível ao sujeito, essa que trabalha a partir da repetição do já-posto, o trabalho de mobilização da linguagem por sujeitos que se constituem em relação os sentidos se abra para metáforas, metonímias, paráfrases, polissemias em que a repetição se reduza nos pontos equívocos de seu funcionamento. Se a repetição do já-posto é um ponto com o qual a resistência que é possível tem que lidar, que ela seja tomada também como espaço de luta e que as palavras do poeta¹³ ganhem força e sentido: *Repetir, repetir – até ficar diferente*.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Sobre o trabalho teórico*. Lisboa: Editora Presença, 1967.

_____. Marxismo como teoria finita. In: *Revista Outubro*, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, n. 2, p. 63-73, [1978] 1998.

_____. *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1979.

_____. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. In: *REVAN: revista crítica marxista*, Rio de Janeiro, p. 09-48, [1982] 2005.

_____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, [1995] 2008.

BARBOSA FILHO, F. *A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível*. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

BARROS, M. Uma didática da invenção. In: _____. *O livro das ignoranças*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 95-98.

FELBECK, D. *Introdução aos mecanismos de resistência mecânica*. São Paulo: Edgard Blucher, 1971.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HYPOLITE, J. A estrutura da linguagem filosófica segundo “O prefácio à Fenomenologia do Espírito”, de Hegel. In: MACKSEY, R; DONATO, E. *A controvérsia estruturalista*. São Paulo: Editora Cutrix, 1972. p. 170-181.

KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LAGAZZI, S. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, E. *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010. p. 75-84.

MALDIDIDER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

¹³ Manoel de Barros no poema Uma didática da invenção.

MODESTO, R. *Movimentos (d)e resistência no espaço urbano*. 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MORA, J. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

MOVIMENTO DESOCUPA. Teatro Vila Velha lança projeto a cidade que queremos. Disponível em <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/01/26/teatro-vila-velha-lanca-projeto-a-cidade-que-queremos/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. Quarta edição do projeto a cidade que queremos debate o modelo excludente do carnaval de Salvador. Disponível em <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/03/08/4a-edicao-do-projeto-a-cidade-que-queremos-debate-o-modelo-excludente-do-carnaval-de-salvador/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

ORLANDI, E. N/O limiar da cidade. In: *Rua*, Campinas, Nudcri/Unicamp, número especial, p. 07-19, 1999.

_____. *Discurso em análise*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *A noção da materialidade*: reunião de trabalho do Grupo DICIT. [jun. 2007]. Campinas: Unicamp/Labeurb. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=28>>. Acesso em 01 jul. 2013.

PÊCHEUX, M. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. *Caderno de estudos linguístico*, Campinas, Unicamp, n. 19, p. 07-24, [1982] 1990.

_____. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

_____. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, [1979] 2011. p. 73-92.

Recebido em 23/09/2015. Aceito em 23/12/2015.